

Legislação

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 73 DE 06/06/2013 - DOU 07/06/2013

Cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª, 7ª, 8ª e 9ª Regiões.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 619 DE 06/06/2013 - DOU 07/06/2013

Autoriza a Companhia Nacional de Abastecimento a contratar o Banco do Brasil S.A. ou suas subsidiárias para atuar na gestão e na fiscalização de obras e serviços de engenharia relacionados à modernização, construção, ampliação ou reforma de armazéns destinados às atividades de guarda e conservação de produtos agropecuários; altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991 e nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a condição de segurado especial, o Decreto-Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967 e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para dispor sobre prazos do penhor rural, e as Leis nº 12.096, de 24 de novembro de 2009 e nº 12.512, de 14 de outubro de 2011; atribui força de escritura pública aos contratos de financiamento do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, de que trata a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, celebrados por instituições financeiras por meio de instrumentos particulares; institui o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas; e dá outras providências.

DECRETO Nº 8.025 DE 06/06/2013 - DOU 07/06/2013

Altera o Decreto nº 4.892, de 25 de novembro de 2003, que regulamenta a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, que institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária.

DECRETO Nº 8.026 DE 06/06/2013 - DOU 07/06/2013

Altera os Decretos nº 7.775, de 4 de julho de 2012, que regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos; nº 5.996, de 20 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a criação do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar; nº 7.644, de 16 de dezembro de 2011, que regulamenta o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; e dá outras providências.

RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 552 DE 21/05/2013 - DOU 07/06/2013

Altera a Resolução Normativa nº 471, de 20 de dezembro de 2011, que estabeleceu os procedimentos a serem adotados, a título provisório, nos processos de revisão tarifária de concessionárias e permissionárias até a publicação das correspondentes metodologias aplicáveis.

PORTARIA INSS Nº 1.349 DE 06/06/2013 - DOU 07/06/2013

Dispõe sobre o cálculo do primeiro ciclo de avaliação para apuração da GDACE e da GDPGE.

Dica do Dia

No site www.plenum.com.br publicamos hoje, sexta-feira, sinopse legislativa elencando as principais normas promulgadas durante a semana.

É necessário fazer *login* para visualizar a sinopse legislativa, que se encontra abaixo da relação das normas promulgadas no dia.

Destaque

Promulgação da PEC que cria quatro TRFs gera polêmica

A promulgação da Proposta de Emenda à Constituição 544/02, do Senado, que cria mais quatro tribunais regionais federais (TRFs), ocorreu nesta quinta-feira (6) em meio à polêmica em torno de sua necessidade e juridicidade. De acordo com o texto, os novos TRFs, que serão criados por meio do desmembramento dos cinco já existentes, terão sede nas capitais dos estados do Paraná, de Minas Gerais, da Bahia e do Amazonas.

A PEC foi promulgada pelo presidente interino do Congresso, o vice-presidente da Câmara, André Vargas (PT-PR), durante viagem do presidente do Congresso, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL). Segundo Vargas, ele anunciou publicamente que promulgaria a PEC e não houve qualquer tipo de declaração contrária de Calheiros. “Não há outra atitude a ser tomada pelo presidente do Congresso a não ser promulgar aquilo que foi votado em duas votações na Câmara e duas no Senado pela praticamente unanimidade dos deputados e senadores”, afirmou.

Em nota pública, Renan Calheiros afirmou que a opção de não promulgar a PEC decorreu do entendimento de que a proposta contém erro formal, suscetível de questionamentos jurídicos, já que o texto aprovado pela Câmara sofreu alterações em relação ao que foi enviado pelo Senado e não foi votado novamente pelos senadores.

“Entretanto, não posso limitar as competências regimentais do primeiro vice-presidente do Congresso”, disse. “Igualmente não poderia, eternamente, adiar ou cancelar compromissos oficiais em virtude desta emenda”, complementou.

O deputado Chico Alencar (PSol-RJ), que votou contrariamente à PEC, salientou que o Congresso aprovou a proposta sem dialogar com outros poderes da República. “O presidente do STF e do Conselho Nacional de Justiça, ministro Joaquim Barbosa, sem contestação de seus pares, disse que é uma despesa desnecessária e que não é algo emergencial, então é óbvio que deveríamos ter mais cautela”, observou.

“Esse processo está mal encaminhado, fora as despesas que a criação de novos tribunais, de eficácia duvidosa, vai gerar”, completou. Para Alencar, a informatização é mais eficaz para agilizar a Justiça.

“Quem faz política é o Congresso, com seus representantes eleitos pelo povo”, contestou Vargas. “Compete ao presidente do Supremo administrar e representar aquele poder. Ele tem suas opiniões, mas o que nos interessa mesmo é a opinião do pleno do STF e tenho certeza de que o pleno vai entender que não se trata de embate político, mas de facilitar o acesso do cidadão à Justiça”, completou. “O presidente do Supremo tem que ter mais equilíbrio porque fala em nome de um poder.”

Em relação aos gastos que a criação de novos tribunais vai gerar, o presidente interino do Congresso salientou que a Justiça Federal é superavitária: “Ela arrecada R\$ 15 bilhões e gasta R\$ 7,2 bilhões e pode chegar a R\$ 8 bilhões, com a criação dos novos tribunais. Ainda haverá um superávit de R\$ 7 bilhões.”

Vício de origem

O deputado Chico Alencar também destacou que a proposta seria inconstitucional por vício de origem. A PEC foi proposta pelo senador Arlindo Porto (PTB-MG). O entendimento do PSol é que a iniciativa desse tipo de proposta deveria vir do próprio Poder Judiciário.

O presidente da OAB, Marcus Vinicius Furtado, contestou os argumentos. “Esses tribunais estão criados da mesma forma que o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público”, ressaltou. “Ou seja, extinguir ou declarar inconstitucionais esses tribunais significa também declarar inconstitucionais o CNJ e o CNMP, o que não faz o menor sentido”, complementou.

Furtado explicou que, para que os tribunais sejam efetivamente criados, é necessário que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) envie projeto de lei ao Congresso especificando a estrutura de cargos e de funções. “Vamos apelar ao presidente do STJ que essa estrutura seja enxuta, que não haja custo exagerado e que seja feita com celeridade”, acrescentou.

O presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Nino Toldo, estima que em até um ano os novos tribunais estejam em funcionamento. A Ajufe também apoia a criação dos novos tribunais. Para Toldo, essa criação é necessária para descentralizar a Justiça Federal, especialmente na 1ª Região, antes responsável por 13 estados e pelo Distrito Federal.

“Não tem mais como gerir essa quantidade territorial e de número de processos”, afirmou. “Aqui na 1ª Região, existem gabinetes com competência previdenciária que chegam a ter 30 mil processos. É impossível que um desembargador consiga julgar todos esses processos.”

Fonte: www.camara.leg.br

Notícias

STF

[Negada liminar a militar acusado de homicídio no MT](#)

[Plenário nega recurso sobre morte em trote na USP e mantém decisão que encerrou ação penal](#)

STJ

[Informações sigilosas não devem ser arquivadas em pasta própria à parte dos autos](#)

[Mantida demissão de policial rodoviário acusado de cobrar para cumprir mandados de busca e apreensão](#)

[Princípio da insignificância não se aplica a furto de cavalo](#)

[Reclamações sobre tarifas bancárias aguardarão julgamento de recursos repetitivos](#)

Reconhecida fraude contra execução em renúncia à herança por parte do executado

Terceira Turma concede indenização a moradora que teve de deixar sua casa por acidente em gasoduto

Termo da falência não invalida arrematação de imóvel em leilão judicial

TSE e TRES

TRE-SC - Sentença cassa diplomas de prefeito e vice de Nova Erechim

TST e TRTs

TST - BB perde recurso porque data do protocolo estava ilegível

TST - Senai é condenado a indenizar trabalhador argentino ofendido por gerente

TST - Taxista não comprova vínculo de emprego com permissionário

TST - Tribunal afasta culpa presumida em caso de bancária que desenvolveu LER-DORT

TST - Tribunal nega provimento a recurso de sócio de empresa contra penhora de imóvel

TST - Volkswagen é condenada a indenizar empregado que sofreu assédio durante dispensa

TRFs

TRF1 - Candidato reprovado em psicotécnico tem direito a novo teste

TRF1 - Carteiro acusado de violar correspondências pode responder ao processo em liberdade

TRF1 - Não incide contribuição previdenciária sobre aluguel temporário pago por empresa a funcionários

TRF1 - Prazo para interpor ação por improbidade administrativa começa a contar ao final do segundo mandato

TRF4 - Tribunal nega pedido de reforma imediata da Casa Lucchi de Antônio Prado (RS)

TRF5 - Empresa de vigilância não está obrigada a registrar-se no CRA/PE

TRF1 - Candidato não pode ser desclassificado em concurso público por ser soropositivo

Tribunais Estaduais

TJCE - Acusados de roubo qualificado são condenados a mais de quatro anos de prisão

TJCE - Banco do Brasil é condenado a pagar mais de R\$ 9 mil por falha na prestação de serviços

TJCE - Panamericano é condenado a pagar indenização de R\$ 5 mil para comerciário

TJCE - Sistel é condenada a pagar R\$ 5,5 mil por cobrança indevida de cirurgia e consultas médicas

TJCE - Vítima de fraude ganha direito de receber R\$ 4 mil de indenização da BV Financeira

TJDFT - Concessionária e montadora são condenadas por publicidade enganosa

TJDFT - Justiça determina que pelo menos 50% dos servidores do DETRAN voltem ao trabalho

TJES - Empresa condenada a devolver valor de aparelho com defeito

TJES - Pais veem Tribunal confirmar a pena de estuprador da filha

TJES - Plano de saúde perde recurso e terá que indenizar usuário

TJGO - Ex-secretário é condenado por ato de improbidade administrativa

TJGO - Médico não tem de indenizar paciente que engravidou esposa após vasectomia

TJGO - Município de Luziânia é condenado ao pagamento de indenização a mãe que perdeu o filho em acidente

TJGO - Tribunal nega gratificação, mas exige reenquadramento de professora no plano de carreira do Município

TJMA - 1ª Vara de Rosário determina retorno de prefeita ao cargo

TJMG - Engenheiro indeniza por briga em boate

TJMS - Construtora é condenada por atraso na entrega de imóvel

TJMS - ECAD deverá extinguir cobrança de casa de shows

TJMS - Estado deve garantir transporte escolar a alunos de zona rural

TJPA - Jurados da 1ª Vara do Júri absolvem PM acusado de matar a tiros lavador de

carros

TJPA - Justiça de Tailândia condena acusado de estupro de vulnerável

TJPB - Justiça garante direito de defesa a ex-prefeito em processo de improbidade administrativa

TJPB - Justiça nega Habeas Corpus a acusado de envolvimento em tráfico interestadual

TJRJ - Justiça decreta prisão preventiva de acusado de estupro no Quinta D'Or

TJRJ - Justiça determina reparo no freio do veículo Cobalt da GM/Chevrolet

TJRJ - Justiça mantém "Zona de Preservação Paisagística e Ambiental"

TJRJ - Justiça nega habeas corpus ao pastor Marcos Pereira

TJRJ - Thor prestará serviços comunitários e ficará sem dirigir por dois anos

TJRN - Cancelamento de cartão de crédito sem motivo gera indenização

TJRS - Revista Veja indenizará professor da Capital

TJSC - Cliente de restaurante é condenado por insultos preconceituosos e racistas

TJSC - Justiça determina que FCC apresente projeto de restauração de cineteatro

TJSC - Liminar suspende atividade de empresas acusadas de poluição ambiental no Estado

TJSC - Shopping indenizará cliente após arrombamento e furto de carro estacionado

TJSP - Tribunal condena responsáveis por loteamento instalado em área de preservação permanente

TJSP - Tribunal confirma liberdade a motorista que atropelou ciclista

TJSP - Tribunal diminui valor de indenização a ser paga por revista a Suzane Richthofen

TJSP - Tribunal nega provimento a recurso do fisco estadual

Demais Órgãos

MPF/ES - Ministério Público Federal consegue condenação definitiva do ex-prefeito e ex-deputado Mateusão

MPF/MG - Ministério Público Federal pede tombamento da antiga sede do DOPS em Belo Horizonte

MPF/MT - Ministério Público Federal pede urgência na desocupação da terra indígena Marãiwatsédé

MPF/RJ - Ministério Público Federal divulga relatório sobre defesa dos direitos dos cidadãos na Baixada Fluminense

MPF/RO - Ministério Público Federal quer saber se 34 prefeituras têm portais da transparência

MPF/TO - Ministério Público Federal busca coibir assaltos a agências dos Correios no Estado

PGR - Não há constrangimento ilegal no pedido de exame criminológico para progressão de regime

PGR - Vice-Procuradora-Geral opina pelo não conhecimento do MS contra PL que limita criação de novos partidos

As notícias publicadas neste boletim são oriundas dos sites oficiais dos tribunais.